

## EDITORIAL

A **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, em seu número especial *Reflexões e Debates sobre a Conferência Nacional de Educação/CONAE 2010*, foi pensada após a realização da Conferência Intermunicipal de Educação – CONAE/Polo Santos, realizada nos dias 26 e 27 de junho de 2009, na Universidade Católica de Santos/UniSantos.

A CONAE/Polo Santos foi um momento histórico de extrema importância, pois mobilizou instituições e organizações de nove municípios da Baixada Santista (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente), envolvidas com a educação básica, a educação profissional e a educação superior, para a discussão da temática da CONAE 2010 – *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*.

Precedida por inúmeras Conferências Municipais, a CONAE/Polo Santos teve como finalidade refletir sobre o significado/sentido do que se entende sobre o Sistema Nacional de Educação, que passa por um sistema articulado de planejamento e gestão, de avaliação, de financiamento, de formação dos trabalhadores em educação e de garantia das condições de oferta com qualidade social, como aponta um dos objetivos da Conferência Nacional de Educação.

Também, é importante assinalar que foram tomados, como base da discussão da Conferência, assim como desta Revista, os eixos temáticos desenvolvidos pelo Documento Referência, tais como: 1º O papel do Estado na garantia do direito à Educação de qualidade: organização e regulação da Educação Nacional; 2º Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; 3º Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; 4º Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; 5º Financiamento da Educação e Controle Social; e 6º Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

Nesta perspectiva, o conteúdo que aqui se expressa foi organizado a partir das *reflexões e debates* que ocorreram durante a CONAE/Polo Santos por alguns dos autores que participaram do evento, compondo, assim, os nove artigos da *primeira parte* da Revista. A segunda foi delineada por quatro entrevistas realizadas com educadores que têm contribuído para ampliar este debate em torno da construção de um Sistema Nacional de Educação.

O primeiro artigo, *Gestão da educação básica: dilemas no regime de colaboração*, de autoria de Angela Maria Matins, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas/FCC e professora do Programa de Mestrado em Educação da UniSantos, ao discutir o Eixo I do Documento Referência, intitulado “Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional”, apresenta uma reflexão teórica sobre a gestão da educação básica, colocando o acento nos dilemas do regime de colaboração. Segundo a autora, tais processos de colaboração delegam poder às instâncias locais para priorizarem objetivos, definirem projetos e negociarem sua realização com parceiros já definidos; mas, por outro lado, podem instaurar processos de cooptação de práticas democráticas alternativas, por meio da burocratização da participação, reintroduzindo formas de clientelismo e fisiologismo, manipulando, assim, interesses locais em âmbito partidário.

O segundo texto, *Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação*, de Sandra Zákia Sousa, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, introduz algumas reflexões a respeito do Eixo II do Documento Referência, cujo título é o mesmo. A autora indica que a concepção de gestão e a visão de avaliação se inserem na compreensão da qualidade da educação que se assume como referência e que se deseja para a educação brasileira. Os destaques anunciados, ainda que de forma esquemática, visam indicar referências para a elaboração do Plano Nacional de Educação.

O terceiro artigo, *Questionando o acesso, a permanência e o sucesso escolar*, de Alda Junqueira Marin e José Geraldo Silveira Bueno, do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP, pretende debater o Eixo III do Documento Referência “Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar”. Nesta direção, os autores analisam algumas situações relatadas por pesquisas diferentes, que indicam limites e possibilidades para democratização do acesso ao conhecimento e a permanência do aluno na escola, assim como seu sucesso. Assinalam, também, aspectos da organização interna da atividade educativa e das relações entre origem e destinação social e educacional de crianças oriundas de camadas mais desprivilegiadas, permitindo, assim, uma reflexão sobre questões em torno da inclusão, da igualdade e da diversidade – conceitos tão discutidos nos dias de hoje.

A seguir, Maria Amélia Santoro Franco, professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UniSantos e pesquisadora do CNPq, ao discutir o Eixo IV “Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação”, em seu texto *Formação e valorização do docente: por onde começar?*, destaca que não se pode desvincular o processo de formação do professor das condições de trabalho, de carreira e de salário, revelando a necessidade de se levar em conta a escola, enquanto local de trabalho e da formação e do desenvolvimento profissional dos docentes. Argumenta, também, que as reformas educacionais só produzirão transformações concretas na prática, quando contarem com a adesão e apoio dos professores. Além disso, finaliza pontuando que as *condições para a formação* é que podem desencadear, efetivamente, os processos de valorização docente.

O quinto texto *Formação e valorização dos profissionais da educação: superar a lógica do mercado*, de Nereide Saviani, que foi docente-pesquisadora nos Programas de Pós-graduação em Educação da PUC-SP e da UniSantos, e que, atualmente, é Diretora de Formação da Fundação Maurício Grabois, tece uma análise sobre a natureza e a especificidade do trabalho docente frente à lógica do mercado. Defende a idéia de que a profissão docente exige saberes específicos e, que, portanto, requer sólida formação inicial e condições de aperfeiçoamento contínuo. Ressalta, ainda, que a formação docente não se restringe à escolarização, mas supõe jornada de trabalho compatível, concentração num único estabelecimento, com tempo para estudo, atividades complementares e, obviamente, com plano de carreira e salário condignos, e que é necessário que o Estado assuma plena responsabilidade quanto a esta questão.

Outra contribuição relevante para esta Revista refere-se ao texto *Financiamento da educação e controle social: algumas anotações*, de Cleiton de Oliveira, professor da Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP. Ao discutir o Eixo V “Financiamento da Educação e Controle Social”, o autor apresenta uma análise do Documento Referência, contextualizando a situação atual, avaliando o PNE vigente, a Reforma Tributária, o FUNDEB, o ensino superior e o Sistema Nacional de Educação. Indica, também, entre outros aspectos, a necessidade de: regulamentação do regime de

colaboração; explicitação da ambígua relação entre o público e o privado; implementação da gestão democrática; definição de parâmetros que estabeleçam a qualidade da educação; e critérios para a determinação do “custoaluno-qualidade”. Por fim, ao registrar alguns “silêncios” ou “a necessidade de maior ênfase” por parte do Documento Referência, o autor assinala sua importância à medida em que levantou pontos cruciais para a elaboração do Plano Nacional de Educação e para a construção de um Sistema Nacional de Educação.

Outras contribuições importantes dizem respeito aos três últimos textos que compõem o Eixo VI “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade”. O primeiro deles, *Inclusão: entre os direitos civis, econômicos, sociais e a injustiça histórica*, de Niminon Suzel Pinheiro, professora do Centro Universitário de Rio Preto/UNIRP, destaca a importância de compreender o significado de inclusão, que passa pela valorização dos direitos civis, econômicos, sociais em detrimento das injustiças que, historicamente, temos vivenciado. Segundo a autora, compreender a relevância da educação brasileira significa, sobretudo, considerar a nossa formação histórica constituída pela diversidade entre os interlocutores. E, nesse sentido, a construção de um Sistema Nacional de Educação não pode deixar de considerar o direito à diversidade e à inclusão, para levar adiante um projeto social emancipador e transformador das relações sociais e excludentes.

O segundo texto, *Desigualdades raciais em educação no Brasil*, de Mary Francisca do Careno, professora aposentada da UNESP e mestranda em Educação da UniSantos, discute o Eixo VI sob um outra prisma, abordando a importância de se considerar a inserção da história e da cultura de África e dos afro-descendentes no currículo escolar. Indica, também, que a Lei 10.639 traz um grande benefício à sociedade, pois coloca o tema na agenda nacional, fazendo com que todos reconheçam que é preciso realizar algo para diminuir a desigualdade na educação de ricos e pobres ou de negros e brancos. Por fim, aposta na perspectiva de uma pedagogia que compreenda as diferenças, buscando estimular os educadores locais por meio de um conhecimento ampliado em áreas como cultura, história e, em especial, em relação aos direitos humanos.

E o terceiro artigo relacionado ao Eixo VI, *Educação inclusiva: subsídios para discussão sobre a educação especial no Brasil*, de Arimar Martins Campos, professora da Unip e da Unimonte, e membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente de Educação Inclusiva/SP, analisa um outro lado da educação inclusiva, representada pela inclusão escolar de alunos com deficiência aos sistemas de ensino comum. Destaca o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que determina que as políticas públicas devem garantir condições políticas, pedagógicas e financeiras para uma *Política Nacional de Educação Especial Inclusiva*, assegurando o acesso à escola aos alunos com deficiência, bem como atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado. Finalizando, a autora considera fundamental garantir ações educativas que possibilitem instrumentos coletivos de superação de barreiras impeditivas ao exercício da cidadania, enfatizando ambientes heterogêneos em que todos possam aprender sem qualquer discriminação.

Na *segunda parte* da Revista, concentram-se as entrevistas, realizadas no segundo semestre/2009, por Maria de Fátima Barbosa Abdalla, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UniSantos, coordenadora da CONAE/Polo Santos e membro da Comissão Organizadora da CONAE/ SP, como representante da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação/ANPEd e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação/ANFOPE.

A primeira entrevista, realizada com o Prof. Dermeval Saviani, professor emérito da UNICAMP e coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, acentua a importância da CONAE, em especial, devido ao seu tema central em torno da construção de um sistema nacional de educação. O Prof. Saviani assinala que, para consolidá-lo, é necessário superar, pelo menos, dois obstáculos: os de ordem financeira e aqueles de natureza política. E, neste sentido, é preciso, por um lado, duplicar o percentual do Produto Interno Bruto destinado à educação; e, por outro lado, romper com a lógica da descontinuidade, organizando a política educativa em torno de um projeto de desenvolvimento da educação nacional de médio e longo prazo.

A segunda entrevista, realizada com o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, professor emérito da UFMG e, atualmente, professor da PUC/MG, toca em uma série de questões que permeiam a educação brasileira, destacando a oportunidade da CONAE 2010 encontrar caminhos para resolvê-las e/ou superá-las. Afirma, também, que o maior problema de um Plano é a articulação entre metas, condições e recursos que viabilizem as finalidades do mesmo, e que a grande meta para a educação será a forma de articular as etapas e níveis em regime de colaboração, com recursos suficientes e por meio de eixos significativos.

A entrevista realizada com o Prof. José Carlos Manzano, professor do SENAI/SP e membro da Comissão Organizadora da CONAE/SP, além de destacar a importância da CONAE na mobilização dos delegados para a discussão dos problemas locais e regionais, aponta para a necessidade de que o poder público transforme a preocupação com a educação em um problema nacional.

A última entrevista, realizada com a Profa. Iria Brzezinski, professora da Universidade Católica de Goiânia, presidente da ANFOPE e membro suplente da ANPEd na Comissão Nacional Organizadora da CONAE, apresenta uma série de subsídios para a construção de um Sistema Nacional de Educação e do futuro Plano Nacional de Educação a vigorar em 2011. Em relação ao significado da CONAE, a Profa. Iria destaca, principalmente, que se trata de um espaço político e de mobilização, marcado por avanços democráticos de participação de todos os segmentos e setores da sociedade civil. Salienta, ainda, que a maior expectativa da ANFOPE em relação à CONAE, historicamente reivindicada, é a construção de um Sistema Nacional de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação, entendido, em especial, como política de Estado e não apenas de Governo, que faça a regulação e a avaliação das instituições públicas e privadas, sendo, todavia, os recursos públicos destinados exclusivamente às instituições formadoras públicas.

Consideramos, ainda, que as *reflexões* e os *debates* apresentados neste número da Revista traduzem apenas o início do percurso, ponto de partida, portanto, para o aprofundamento das questões em torno da implementação do Sistema Nacional de Educação e da construção do Plano Nacional de Educação que atendam, da melhor forma, os anseios daqueles que vivem a nossa Educação Brasileira.

**Maria de Fátima Barbosa Abdalla**

Organizadora

Santos, dezembro de 2009